

Heráclito anuncia devolução de auxílio-moradia irregular

O primeiro-secretário do Senado, Heráclito Fortes (foto), disse que os senadores ocupantes de imóveis funcionais e que receberam auxílio-moradia deverão devolver os valores obtidos. Segundo afirmou, o pagamento foi feito por falha administrativa. João Pedro, Cícero Lucena e Gilberto Goellner informaram, em notas à imprensa, que pediram a suspensão do auxílio. **6**



Foto de Jane Araújo

Pode cair MP que simplifica o licenciamento ambiental

O projeto que trata do Fundo Soberano e simplifica o licenciamento ambiental em obras nas estradas federais não foi votado em Plenário por falta de acordo. Dessa forma, a Medida Provisória 452/08 poderá perder a sua validade na próxima segunda-feira. Já a MP que cria o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida foi lida ontem em Plenário, onde a PEC Paralela dos Vereadores recebeu emendas que serão examinadas pela Comissão de Justiça. **3**



Jonas Pereira

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem visita oficial do presidente do Uzbequistão, Islam Abduqanievich Karimov, que ressaltou os acordos comerciais assinados com o governo brasileiro. **2**

Otimista, Mantega diz que governo não cogita novos incentivos

Em audiência pública no Senado, ministro da Fazenda traçou um cenário favorável para a economia brasileira. **2**

Comissão aprova projeto que facilita assistência a idoso

Pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais poderão ter acesso facilitado a benefícios de assistência social. **4**

Avança exame de proposta que destina R\$ 6 bi para habitação

A Comissão Mista de Orçamento aprovou crédito destinado a ações do programa Minha Casa, Minha Vida. **5**

Maior oferta de crédito, redução da taxa básica de juros e desoneração de produtos industriais permitiram recuperação da economia nacional frente à crise mundial

Ministro traça cenário positivo para economia

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, traçou um cenário favorável para a economia brasileira em meio à crise financeira mundial. Em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Acompanhamento da Crise



Mantega, Garibaldi e Dornelles na audiência pública conjunta

Financeira e de Empregabilidade, ele creditou a recuperação gradual da economia interna às políticas públicas para aumento da oferta de crédito e redução da taxa de juros básica (Selic) e de tributos incidentes sobre a produção industrial. O crescimento de 5,1% alcançado pela economia brasileira em 2008 impediu que o país entrasse em recessão e, apesar do desempenho econômico fraco no primeiro trimestre de 2009, passou a

atrair um fluxo maior de capitais estrangeiros e experimentou um crescimento superior a 7% na massa salarial entre abril de 2008 e abril de 2009.

O fato de as exportações só participarem com 13% do PIB também teria contribuído para amortecer os efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira, que depende mais do mercado interno. Essa blindagem teria sido reforçada pelo bom desempenho fiscal das

contas públicas, pela solidez do sistema financeiro brasileiro e pela manutenção de um volume significativo de reservas internacionais, da ordem de US\$ 205 bilhões.

– Os novos protagonistas no cenário internacional são os países emergentes, o Brasil entre eles, que apresentam di-

namismo econômico maior, contas públicas e externas mais equilibradas, recursos naturais abundantes e modernizaram sua estrutura produtiva.

Em relação à oferta de crédito, Mantega defendeu sua ampliação para a pessoa jurídica, que amarga ainda taxa de *spread* bem mais elevada que a cobrada da pessoa física. O ministro admitiu que esse é um problema crônico, agravado pela crise financeira mundial.

Mantega: governo não cogita novos incentivos

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o governo não cogita neste momento a concessão de novos incentivos fiscais. O comentário foi feito em reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, em resposta a questionamento de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que pedira incentivos apenas sobre contribuições.

A maior parte dos incentivos fiscais foi concedida no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja arrecadação compõe os fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Já as contribuições são receitas exclusivas da União. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriram a Mantega a redução da carga tributária (IPI, PIS e Cofins) incidente sobre a produção de bicicletas, objeto, inclusive, de projeto de lei de sua

autoria. O ministro considerou ser muito difícil mexer nesses tributos, argumentando que perdas de arrecadação amargadas por estados e municípios com a redução do IPI estariam sendo compensadas pelo aquecimento do consumo interno.

Apesar de ter apontado 2009 como ano de recessão para as principais economias do mundo, o ministro discordou que o problema já afete a economia brasileira. Mas admitiu o crescimento negativo da economia nos dois últimos trimestres. A questão foi levantada por Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da comissão. Aloizio Mercadante (PT-SP) se disse preocupado com o movimento do câmbio e da taxa básica de juros, pedindo ainda que não se perca de vista o equilíbrio fiscal. Mantega assegurou que o governo bra-

sileiro vai manter uma política de equilíbrio fiscal rigorosa e, embora reconheça os efeitos negativos da desvalorização do dólar frente ao real sobre as exportações, descartou mudanças no regime de câmbio flexível.

Preocupações sobre a valorização do câmbio no Brasil foram expressadas por Francisco Dornelles (PP-RJ) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). O ministro da Fazenda considerou positiva a atual desvalorização do dólar para atrair investimentos e capital externo para o país, embora lamentasse o “lado complicado” de reduzir a competitividade das exportações. Mudanças no câmbio não estão sendo cogitadas, e o Banco Central deve aproveitar o momento, adiantou, para ampliar as reservas internacionais do país, um seguro para enfrentar os efeitos da crise mundial.

Projeto do novo CPP tem prazo de conclusão maior

Por proposta do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), a comissão temporária criada para apresentar projeto de modernização do Código de Processo Penal poderá concluir os trabalhos no fim de setembro, e não em 16 de julho, como previsto inicialmente. O novo código pretende dar celeridade aos processos judiciais, evitando a interposição infinita de recursos que o atual (Decreto Lei 3.689/1941) possibilita.

O prazo para que a população apresente sugestões fica também

adiado para 30 de agosto, e os relatórios parciais poderão ser entregues na primeira semana de setembro, conforme acordo entre o relator e o presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO).

– A decisão [de adiar] vai possibilitar que se analise o projeto apresentado, bem como

as sugestões para modernização de um código que hoje prende mal e solta mal – avaliou Demostenes, explicando ainda que a falta de credibilidade da Justiça pode ser constatada pelas estatísticas criminais, segundo as quais, de cada dez ocorrências, somente uma é registrada.

A comissão aprovou também a realização de audiências públicas externas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, com flexibilidade para a inclusão de outras unidades da Federação.



Casagrande, entre Serys e Demostenes, pediu mais tempo para análise



Jonas Pereira

Karimov (sentado) garantiu apoio ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU

Sarney recebe visita do presidente do Uzbequistão

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem visita oficial do presidente da República do Uzbequistão, Islam Abduganievich Karimov.

– Os documentos que assinamos vão proporcionar as condições para o desenvolvimento de nossas relações – destacou Karimov, citando acordos comerciais assinados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Karimov destacou ainda a relevância do Senado brasileiro.

– Um país imenso como o Brasil não pode viver sem um Senado. O Senado é a cabeça do Brasil – disse o presidente uzbeque, declarando também o apoio de seu país à entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. “O Brasil há muito tempo merece esse direito, não só por representar a América Latina, mas por ter uma grande autoridade em todo o mundo. O Uzbequistão também continuará apoiando o Brasil em

todos os organismos internacionais”, garantiu.

Sarney disse que a visita de Karimov é histórica e que o presidente do Uzbequistão entende a “exata importância” do Legislativo nas democracias. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Romeu Tuma (PTB-SP) também participaram do encontro e foram convidados por Karimov a visitarem a capital Tashkent.

O Uzbequistão é uma república soviética que se tornou independente em 1991, o que gerou tensão no país e conflitos étnicos. Com isso, cerca de 2 milhões de pessoas migraram para a Rússia. Localizado entre o Cazaquistão, o Turcomenistão, o Quirguistão, o Afeganistão e o Tadjiquistão, o Uzbequistão tem como língua nacional o uzbeque, é uma república presidencialista e tem população de quase 28 milhões de habitantes, 80% deles praticantes da religião muçulmana.

CORREÇÃO

Mercadante é vice-presidente do Parlasul

Ao contrário do publicado ontem pelo *Jornal do Senado*, na página 2, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) não foi eleito vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O parlamentar paulista, que já ocupava a presidência da Representação, foi eleito na quinta-feira para ocupar a vice-presidência do parlamento, e substituirá no posto o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

A Representação Brasileira no Parlasul será presidida pelo deputado José Paulo Tóffano (PV-SP). O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o deputado Germano Bonow (DEM-RS) foram eleitos vice-presidentes do colegiado.

Na página 6 da mesma edição, a sigla do estado do senador Papaléo Paes (PSDB) foi informada incorretamente. Ele representa o Amapá, e não o Pará.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Cristovam Buarque (PDT-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT) e João Pedro (PT-AM).



Simon debate política com alunos de Campinas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebeu, na tarde de ontem, 95 alunos da Escola Comunitária de Campinas (ECC) para um debate sobre política, atividade parlamentar e educação, entre outros assuntos. Anualmente, Simon se reúne com os alunos da ECC. Na visita deste ano, os estudantes também prestaram uma homenagem ao senador, motivados pelos dez anos de realização do debate.

MP do Fundo Soberano pode perder validade

Por falta de quórum, Plenário não vota proposta, que trata ainda de obras em rodovias. Medida que a originou deve deixar de valer na segunda-feira

AO CONSTATAR A falta de quórum e a não existência de acordo para votar de forma simbólica a medida provisória do Fundo Soberano e do licenciamento ambiental em obras nas estradas federais, o presidente do Senado, José Sarney, nem chegou a submeter ao Plenário a matéria (Projeto de Lei de Conversão 5/09, proveniente da MP 452/08). Dessa forma, a medida poderá perder sua validade na segunda-feira.

O projeto de conversão começou a ser analisado em 20 de maio, quando o relator, Eliseu Resende (DEM-MG), apresentou seu parecer e os senadores discutiram a matéria.

A polêmica maior estabeleceu-se em torno das alterações que a Câmara dos Deputados incluiu na MP, simplificando o licenciamento ambiental para obras em rodovias existentes e constantes no Plano Nacional

de Viação.

A ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva (PT-AC), e o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES), questionaram alguns pontos do relatório e disseram não ter condições de votar favoravelmente ao parecer. Encerrada a discussão, o PLV 5/09 não foi votado por falta do quórum exigido.

Negociação

Na última quarta-feira, a matéria foi colocada em votação. Antes, Eliseu Resende pediu a palavra para anunciar que tinha negociado com Marina Silva, a Casa Civil e os ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes algumas alterações em seu parecer.

Porém, apesar do esforço do relator pelo entendimento, Marina, Casagrande, Fátima Cleide (PT-RO) e Tião Viana (PT-AC)



Ponto mais polêmico do PLV são alterações feitas na Câmara que simplificam licenciamento ambiental para obras em estradas

preferiram se abster quando a matéria foi votada.

O relatório de Eliseu Resende chegou a ser aprovado, mas Romero Jucá (PMDB-RR) havia apresentado um destaque para

votação em separado da emenda impedindo que o Fundo Soberano do Brasil fosse financiado com recursos não previstos no Orçamento. Já passava das 23 horas da quarta-feira. A

oposição pediu verificação de quórum e deixou o Plenário. Quinze minutos depois, apenas 30 senadores haviam registrado seu voto, 11 a menos que o mínimo necessário.

Entra na pauta MP do programa Minha Casa, Minha Vida

Foi lida em Plenário ontem a Medida Provisória 459/09, que cria o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O plano do governo federal é construir 1 milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários-mínimos, em parceria com estados, municípios e a iniciativa privada.

O texto da MP, aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada, estende os benefícios do programa a famílias com renda mensal de até três salários-mínimos residentes em cidades com até 50 mil habitantes. O texto original da MP beneficia apenas municípios com mais de 100 mil habitantes.

Além do objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro, o programa pretende impulsionar a economia, gerar empregos e trazer reflexos positivos para toda a sociedade.

Na Câmara, o texto ori-

ginal foi modificado para estabelecer sorteio público eletrônico para a escolha dos candidatos aos imóveis a serem construídos com recursos do programa, como forma de evitar interferências políticas no processo. Moradores de assentamentos irregulares de baixa renda, se tiverem se retirado dos locais considerados áreas de risco, não precisarão participar do sorteio.

A medida prevê a liberação de R\$ 500 milhões para a construção de residências de agricultores familiares e trabalhadores rurais. O dinheiro a ser liberado deverá ser proporcional à renda familiar e ao valor do imóvel e poderá ser usado para complementar as prestações.

A MP é uma das três que trancam a pauta de votações do Senado, já que não teve a votação concluída nas duas casas do Congresso no prazo de 60 dias.

Designados os nomes para a CPI da Amazônia

José Sarney leu ontem a lista dos integrantes da CPI da Amazônia, que investigará o conflito gerado pela demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol; denúncias de falta de assistência à saúde indígena e de serviços deficientes prestados por Funai e Funasa; e o tamanho das áreas indígenas. Os 11 titulares são Jayme Campos (DEM-MT), Gilberto Goellner (DEM-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP), João Ribeiro (PR-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL), Francisco Dornelles (PP-RJ), Gilvam Borges (PMDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Osmar Dias (PDT-PR).

Os suplentes são Adelmir Santana (DEM-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Flávio Arns (PT-PR), Valter Pereira (PMDB-MS), Wellington Salgado (PMDB-MG) e João Claudino (PTB-PI). A CPI foi criada a pedido de Mozarildo Cavalcanti.

Emenda leva PEC Paralela dos Vereadores de volta à CCJ

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem em Plenário emenda à PEC Paralela dos Vereadores, o que obrigará a matéria a retornar na próxima semana à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá de dar parecer sobre a emenda.

De qualquer forma, a proposta (PEC 47/08) constará da pauta do Plenário na terça e na quarta-feira da semana que vem, para terminar a discussão em primeiro turno.

A proposta de emenda à Constituição modifica os limites de gastos dos municípios com as câmaras de vereadores. No geral, ela reduz de um a três pontos percentuais os limites, que são baseados nas receitas municipais.

A emenda de Jereissati quer criar oito faixas percentuais, cada uma destinada a município com determinada população – hoje, existem quatro faixas (artigo 29-A da

Constituição).

Durante o debate da matéria, após a leitura da emenda de Tasso Jereissati, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou o presidente do Senado, José Sarney, se não existe a possibilidade de convocar sessões extraordinárias para acelerar a votação da PEC Paralela dos Vereadores.

Sarney ponderou que isso só pode ocorrer se todos os líderes de partido assinarem requerimento com tal finalidade. Como não há acordo sobre a matéria, ela segue sua tramitação normal. Ou seja, tem de ser discutida em Plenário por cinco sessões (ontem foi realizada a terceira discussão).

Com a emenda de Jereissati, a PEC 47/08 terá de passar novamente pela CCJ antes da votação em primeiro turno. Depois disso, haverá ainda um segundo turno, após três sessões de discussão.

Virgílio espera separar ONGs ruins das sérias

O novo relator da CPI das ONGs, Arthur Virgílio (PSDB-AM), disse que pautará sua atuação por uma investigação rigorosa, com o objetivo de diferenciar as organizações sérias

daquelas que obedecem a interesses escusos ou usam métodos desonestos de trabalho.

– Todos os fatos serão apresentados com sólida fundamentação – afirmou.

Virgílio disse estar em estreito contato com a equipe técnica que trabalha na CPI, a qual será reforçada por especialistas em repasse de recursos governamentais a ONGs.

A comissão tinha prazo previsto de funcionamento até 2 de julho, mas teve o tempo de investigação prorrogado por mais 180 dias, a partir daquela data.

Projeto de Paulo Paim altera o Estatuto do Idoso e a Lei de Assistência Social para estabelecer nova regra de cálculo da renda familiar

Medida facilita assistência a idoso e deficiente

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA e idosos com 65 anos ou mais de idade poderão ter mais facilidade de acesso a benefícios de assistência social. De acordo com projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o cálculo da renda mensal familiar – para que idosos e pessoas com deficiência comprovem que não possuem meios de sobrevivência e que não recebem recursos de suas famílias – não incluirá o valor de um salário-mínimo pago a título de aposentadoria, pensão ou benefício de prestação continuada. O texto do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa. A proposta altera o Estatuto do Idoso e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e já foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).



Demostenes Torres (E) apresenta seu parecer favorável às mudanças propostas por Paim. A seu lado, Antônio Carlos Valadares

Aprovada criação da estrutura funcional do CNMP

A CCJ aprovou projeto (PLC 83/09) encaminhado pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, que cria a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com 39 cargos em comissão e funções de confiança.

– A inexistência de estrutura organizacional e funcional do CNMP tem produzido resultados negativos na medida em que os conselheiros têm encontrado dificuldades enormes na sua atuação, o que interfere decisivamente na efetividade das suas atribuições – explicou o senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da comissão.

O CNMP é um órgão externo formado por 14 membros e encarregado de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público Nacional.

Projeto prevê dia nacional do vinho

No primeiro domingo do mês de junho de cada ano pode ser comemorado o Dia Nacional do Vinho. Foi o que aprovou ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao acolher parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto do deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

Para o senador, o Brasil está se tornando um produtor de vinho de qualidade, apesar de o consumo da bebida ser baixo. Por isso, defendeu a data comemorativa. Se consumido com moderação, disse, o vinho pode ser benéfico à saúde.

O projeto (PLC 147/08), que tramitava em conjunto com proposta (PLS 189/04) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), segue para a Comissão de Educação (CE).

Ensino fundamental e médio obrigatório nas penitenciárias

As penitenciárias brasileiras poderão ser obrigadas a oferecer aos presos o ensino fundamental e o médio, na modalidade de educação a distância. A proposta (PLC 95/02), do deputado Paulo Rocha (PT-PA), aprovada na CCJ na forma de substitutivo elaborado por Romeu Tuma (PTB-SP), também dá aos presos direito a cursos de educação profissional, que deverão ser integrados ao sistema federal ou estadual de ensino.

A proposta também determina que o censo penitenciário anual deverá apurar a escolaridade de todos os presos, a existência de cursos de nível fundamental e médio e o número de presos e presas que os frequentam.

Para Tuma, o projeto, se transformado em lei, será um forte instrumento para a ressocialização dos presos.

Senado deve exigir prova para estagiários

O ingresso de estagiários no Senado deverá se dar obrigatoriamente por meio de seleção pública anual de provas, de acordo com projeto de resolução (PRS 13/09) aprovado pela CCJ. O autor da proposta, José Nery (PSOL-PA), argumenta ser necessário resolver com urgência esse procedimento, para evitar o desgaste a que o Senado vem sendo submetido em razão de denúncias de que a admissão de estagiários na Casa ocorre por indicação pessoal. A mesma preocupação levou o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), a recomendar a aprovação.

– Há um número grande de denúncias de que os estagiários são escolhidos pelo critério político e não pelo critério técnico – disse.

Projeto visa acelerar processo administrativo

Proposta aprovada pela CCJ prevê punição disciplinar para a autoridade responsável por processo administrativo que não adotar, no prazo devido, as providências que lhe couberem.

O projeto (PLC 154/08) é de autoria do deputado Márcio França (PSB-SP). Em defesa da matéria, ele afirma que, apesar de todo o avanço obtido com a Lei 9.874/99 – que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal –, “na prática ainda persistem morosidades e procrastinações, de modo que projeto de lei pretende instituir maior rigor no cumprimento dos prazos, com o objetivo único de imprimir maior celeridade aos procedimentos”.

Depois de aprovado em Plenário, o texto seguirá para sanção presidencial.

Acesso alternativo para portadores de marca-passo

As pessoas portadoras de marca-passo cardíaco ou aparelho similar devem ser dispensadas de passar por portas magnéticas ou dispositivos semelhantes, ao apresentar documento evidenciando sua situação. A emissão do comprovante deve ser feita pelo serviço hospitalar que realizou o procedimento.

É o que prevê projeto relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposição assegura o uso de acesso alternativo à porta magnética e determina que os estabelecimentos equipados com tais dispositivos de segurança exibam letreiros advertindo sobre a nocividade da ação do campo magnético sobre os aparelhos cardíacos artificiais.

A proposta será examinada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

Inviolabilidade da atuação do advogado

O polêmico projeto que criminaliza o ato de impedir o trabalho do advogado será discutido em audiência pública na CCJ (PLC 83/08). Foram convidados o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia.

A comissão também discutirá o projeto (PLS 392/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que inclui os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no rol dos que desenvolvem atividades exclusivas de Estado. Foram convidados Carlos Alberto Boechat Rangel, consultor jurídico; Antônio Carlos Alkmin dos Reis e Cláudio Dutra Crespo, do IBGE; e o geógrafo Sidney Vicente da Silva.

Comissão retira da CLT artigo preconceituoso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a revogação de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que representa discriminação contra a mulher. O artigo 792 – que permite a maiores de 18 anos e menores de 21 anos e às mulheres casadas entrarem com ação na Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais, tutores e maridos – poderá ser definitivamente revogado. Na prática, o dispositivo não vigora, mas formalmente permanece na legislação.

Projeto de lei (PLC 81/07) previa inicialmente que fossem retiradas apenas as expressões “mulheres casadas” e “maridos”, mas substitutivo da Câmara revoga o artigo inteiro.

A matéria, relatada *ad hoc* por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), passará ainda pela Comissão de Assuntos Sociais antes de ir a Plenário.

Veículo para deficiente em autoescolas

As autoescolas com frota igual ou superior a 20 veículos deverão adaptar pelo menos um deles para o aprendizado de pessoas com deficiência física. A exigência é do PLC 142/08, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR) e aprovado pela CCJ.

Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no trato com motoristas de ônibus, e mesmo de veículos privados, que não compreendem suas dificuldades.

A CCJ também aprovou proposta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas (PLS 12/05).

Prestador de serviço não poderá cobrar por certidão

A CCJ aprovou também projeto que proíbe prestadores de serviço de cobrar pela expedição de certidões ou declarações solicitadas por seus consumidores. Os custos das cópias de documentos, no entanto, poderão ser cobrados. Segundo o autor da proposta (PLC 40/07), deputado licenciado José Pimentel (PT-CE), “tornou-se uma situação extremamente abusiva a cobrança de taxas dos cidadãos que desejem obter, através de entidades privadas, certidões comprobatórias de situações de interesse particular”. Ele ressaltou ainda que essa cobrança é feita com frequência nas escolas privadas.

O relator da matéria, senador Augusto Botelho (PT-RR), destacou que a permissão para cobrar as cópias elimina “qualquer argumentação de onerosidade que pudesse macular o projeto”.



Marconi: "Audiência não será uma acareação, e sim uma oitiva aberta"

Mesa diretora quer ouvir ex-diretores Agaciel Maia e Zoghbi

Vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO) vai fixar dia, hora e local para que o ex-diretor-geral Agaciel Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi sejam ouvidos pela Mesa diretora a respeito de irregularidades a eles atribuídas em reportagem da revista *Época*.

Ao anunciar a decisão da

Mesa, o senador disse que a oitiva dos dois ex-diretores provavelmente será na próxima terça-feira.

– O propósito é que eles possam responder a todas as indagações dos senadores. Vamos convidar todos os membros da Mesa. O presidente Sarney e a Mesa me solicitaram que coordene essa sabatina – explicou.

De acordo com Marconi, o requerimento de audiência dos dois ex-diretores, apresentado por ele mesmo e por Arthur Virgílio (PSDB-AM), não se refere a acareação e sim a uma oitiva em sessão aberta.

– O requerimento solicita que a Mesa os ouça a respeito das denúncias que foram feitas em relação a eles. E isso será feito

– acrescentou.

João Carlos Zoghbi foi acusado, pela *Época*, de receber propina do Banco Cruzeiro do Sul em troca da renovação de um contrato para oferecer crédito consignado a funcionários do Senado. Em entrevista à própria revista, Zoghbi acusou Agaciel Maia de participar de outras irregularidades na Casa.

CRE pede informações sobre constrangimento a Vargas Llosa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem solicitar informações ao Itamaraty a respeito de constrangimento que o escritor peruano Mario Vargas Llosa teria sofrido ao chegar ao aeroporto de Caracas, na quarta-feira, para participar de um encontro de intelectuais. O pedido foi feito pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Vargas Llosa foi retido por mais de uma hora por funcionários de migração do aeroporto, que o teriam advertido para não falar em política durante a sua permanência na Venezuela.

– Não proponho um protesto, mas um pedido de explicações. Vargas Llosa é um ícone da literatura, um liberal, mas um democrata – disse Cristovam, ressaltando que o episódio não

mudou a sua posição favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

A comissão também aprovou requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a realização de uma audiência conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) a respeito da construção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Entre os convidados está o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.

Presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu a realização de audiência com a presença do ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir as dificuldades do país diante da crise financeira internacional.



Jayme Campos (E) e Almeida Lima (C) em reunião que decidiu pelo adiamento da votação do relatório preliminar da LDO

Comissão aprova R\$ 6 bilhões para programa habitacional

Seguem para exame final do Congresso propostas que abrem crédito para Minha Casa, Minha Vida e para os ministérios das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia

APESAR DE A votação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ter sido transferida para a próxima semana, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) conseguiu aprovar seis outros itens da pauta de ontem, três deles – que seguem para exame final do Congresso – tratando de pedidos de abertura de crédito.

Entre eles, crédito especial em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6 bilhões, destinado a ações do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (PLN 4/09). Os recursos são provenientes do superávit pri-

mário acumulado pelo governo em 2008.

Outro pedido aprovado atende o Ministério das Relações Exteriores com R\$ 25 milhões (PLN 5/09). O terceiro, no valor de R\$ 42 milhões, beneficia o Ministério da Ciência e Tecnologia (PLN 10/09). Esses dois pedidos são também na modalidade de crédito especial, que envolve recursos para investimentos.

Na reunião, a CMO aprovou ainda requerimento para a realização de audiência pública para discutir os efeitos das fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras

executadas com recursos federais que apresentam indícios de irregularidades graves.

Outro item aprovado foi um relatório que, no exame de avisos do TCU, recomendou a retirada do anexo de obras com irregularidades de contrato de serviços efetuados no Perímetro de Irrigação Propertins, no Tocantins. O último item aprovado recomendou o arquivamento de decisão do TCU em relação a diligências junto à Secretaria do Orçamento Federal (SOF), dedicada a examinar a abertura de créditos extraordinários por medida provisória.

Adesão da Venezuela ao Mercosul

A Mesa diretora aprovou requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que pede ao Ministério das Relações Exteriores mais informações sobre o cumprimento pela Venezuela de compromissos necessários à adesão do país ao Mercosul. O protocolo de

adesão ao bloco está sob o exame da Comissão de Relações Exteriores (CRE), sendo relatado por Jereissati. Para que o ingresso da Venezuela seja confirmado pelo Congresso brasileiro, ainda são necessárias as votações na CRE e no Plenário.



Solano da Cunha (E), ao lado de Eduardo Azeredo e Seixas de Andrade, fala à CRE

Guiana e República Dominicana terão novos embaixadores

A Guiana poderá ser o "elo natural" entre o Brasil e o Caribe, segundo o embaixador designado para aquele país, Luiz Gilberto Seixas de Andrade, cuja indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A indicação foi relatada por Romero Jucá (PMDB-RR).

Seixas de Andrade defendeu a ampliação da integração física com o país vizinho e o aprofundamento das relações políticas bilaterais. O primeiro passo para facilitar o trânsito entre os dois países foi a construção da ponte binacional sobre o rio Tacutu, afirmou o embaixador.

A comissão também aprovou a indicação de João Solano Carneiro da Cunha para o cargo de embaixador na República Dominicana. O relator da mensagem foi o senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Solano incluiu entre as suas prioridades o relacionamento cultural com a República Dominicana. Ele observou que existe uma "afinidade natural" entre os dois países, que possuem raízes ibéricas e africanas. Lembrou que em março foi inaugurado um centro cultural brasileiro em Santo Domingo. Mais de 200 dominicanos já se inscreveram nos cursos de português, disse.

Adiada votação de relatório preliminar da LDO

O relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, que deveria ter sido votado ontem, teve seu exame adiado para a próxima terça-feira, às 14h.

A mudança foi definida por acordo entre os partidos, depois de a oposição cobrar acerto feito em abril com o governo sobre algumas questões. O PSDB, por exemplo, exige a liberação, em favor dos estados exportadores, de R\$ 1,3 bilhão relativos à

Lei Kandir que, embora façam parte do Orçamento de 2007, ainda estão sendo retidos pelo Tesouro Nacional.

Representante do PSDB no comitê de líderes da Comissão de Orçamento (CMO), o deputado Narcio Rodrigues (MG) disse que esse assunto foi tratado com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Segundo Narcio, o ministro se comprometeu em enviar um cronograma de desembolso dos recursos em uma

semana, mas até agora nada foi comunicado à CMO.

– O que move essa comissão [a CMO], como o próprio Parlamento, é o cumprimento de acordos. É cumprir a palavra – disse Narcio Rodrigues.

Conforme o relator, o adiamento também teve o objetivo de atender a um pedido do DEM, que alegou ainda não ter tido tempo suficiente para exame mais aprofundado do texto do relatório.

Centro-Oeste discute dívidas de frigoríficos

A bancada de senadores do Centro-Oeste defende alterações na legislação como forma de facilitar pagamentos a produtores rurais que comercializam com frigoríficos, prejudicados com a escassez de crédito resultante da crise financeira global.

A frente se reuniu ontem, com participação dos senado-

res Marconi Perillo (PSDB-GO), Gilberto Goellner (DEM-MT), Adelmir Santana (DEM-DF) e Jayme Campos (DEM-MT). Na próxima semana, eles deverão apresentar sugestões ao ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

Uma proposta é estender aos produtores rurais a regra contida na Lei de Falências, limitando

o prazo máximo de parcelamento de créditos originados em atividades rurais e pecuárias em um ano, dentro do plano de recuperação judicial.

Apenas na região Centro-Oeste, a dívida com os pecuaristas dos frigoríficos que em 2008 entraram em recuperação judicial é estimada em R\$ 700 milhões.

Segundo o primeiro-secretário, pagamento ocorreu por falha administrativa. "Não houve dolo. Foi um benefício recebido sem nenhuma intenção de ferir a lei", afirma

Auxílio-moradia irregular será devolvido, diz Heráclito

OS SENADORES OCUPANTES de imóveis funcionais e que receberam auxílio-moradia deverão devolver, a partir do próximo mês, os valores obtidos. A informação foi dada pelo primeiro-secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), após reunião da Mesa diretora. Segundo ele, o pagamento ocorreu por falha administrativa da Casa.

– Infelizmente, como tudo que está acontecendo no Senado, [a falha] só foi detectada agora. Mas nós vamos seguir a lei. Eles devolverão os recursos e, de acordo com as normas, terão descontados 10% dos salários até efetuar o pagamento em sua totalidade.

Conforme o advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, não há irregularidade no caso de senadores que têm imóvel próprio em Brasília e recebem auxílio-moradia. O advogado baseia-se no artigo 4º do Ato da Comissão Diretora 24, de 1992.

– Não houve dolo. Foi um benefício recebido de maneira indevida, mas sem nenhuma intenção de ferir a lei. Agora, estamos tomando providências, verificando se há mais alguma irregularidade. Esse fato não é grave. Os senadores receberam imóveis funcionais e o departamento administrativo não mandou cessar o benefício que era anteriormente pago – explicou Heráclito.

O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), informou que a Advocacia-Geral da Casa ficou encarregada de disciplinar a devolução.



Heráclito Fortes: "Departamento administrativo não mandou cessar o benefício"

Sarney afirma que nunca pediu o benefício à Casa

"Peço desculpas pela informação errada que dei." Assim, ao chegar na manhã de ontem ao Congresso, o presidente do Senado, José Sarney, informou aos jornalistas não ter conhecimento de que recebia da Casa auxílio-moradia, apesar de nunca tê-lo solicitado.

– Eu nunca pedi auxílio-moradia e, por um equívoco, a partir de 2008, segundo me informaram, estavam depositando na minha conta auxílio-moradia. Mas eu já mandei que retirassem, porque eu nunca requeri e tinha a impressão de que não estava recebendo esse auxílio. Portanto, dei uma informação errada e peço desculpas.

Sarney se referia à matéria em que o jornal *Folha de S. Paulo* afirma que, além dele, que tem residência própria em Brasília, três outros senadores – João Pedro (PT-AM), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gilberto Goellner (DEM-MT) – que moram em apartamentos funcionais recebem o auxílio, equivalente a R\$ 3.800.

Depois de se desculpar com a imprensa, Sarney disse que naturalmente haverá, a partir de agora, maior controle com relação ao benefício.

– Eu, que estou há 30 e tantos anos aqui, nunca requeri auxílio-moradia e tinha a impressão que não o recebia. Como é que eu ia dizer a vocês que não estava recebendo se eu não tivesse essa convicção? Esse é mais um motivo para que coloquemos a Fundação Getúlio Vargas a examinar as coisas aqui dentro da Casa, para que isso não possa acontecer.

Três senadores pedem suspensão do auxílio

Os senadores João Pedro (PT-AM), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gilberto Goellner (DEM-MT) informaram que pediram a suspensão do pagamento do auxílio-moradia que vinham recebendo.

A assessoria de João Pedro divulgou nota à imprensa segundo a qual o senador também solicitou à Diretoria de Recursos Humanos da Casa que seja feito o cálculo dos valores recebidos indevidamente, para que possa devolvê-los.

No ofício anexado à nota, o senador explica que morou em apartamento alugado em Brasília durante o seu primeiro ano de mandato, o que justifica o recebimento do auxílio-moradia no período. Hoje, ele reside em imóvel funcional.

Também em nota à imprensa, Cícero Lucena comunicou que devolverá imediatamente os recursos. No texto, ele solicita à administração da Casa que seja feito o cálculo dos valores recebidos a partir de maio de 2007, data em que passou a ocupar o imóvel funcional, lembrando que não recebeu o benefício no período em que esteve licenciado por 120 dias, no ano de 2008.

De acordo com a assessoria de Gilberto Goellner, o senador solicitou a imediata interrupção do pagamento do auxílio-moradia tão logo tomou conhecimento de que vinha recebendo indevidamente a verba. Em nota, a assessoria afirma que Goellner lamenta o equívoco administrativo e informa que seguirá as orientações da Mesa diretora quanto ao ressarcimento da verba paga de forma indevida.

Presidente da ANA explica plano para a bacia Tocantins-Araguaia

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia apresenta propostas de ordenamento jurídico e institucional para o desenvolvimento sustentável da região, explicou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, ao apresentar o documento ontem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Durante a audiência, Machado defendeu o planejamento estatal em áreas estratégicas, como a de recursos hídricos, e lamentou que o Brasil não tenha políticas de longo prazo, que ultrapassem governos e sejam adotadas pelas esferas federal, estadual e municipal.

A ANA elaborou o plano e o submeteu à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por não existir comitê hidrográfico para a bacia Tocantins-Araguaia. Segundo ele, o plano era necessário porque a região é de relevância nacional e está se desenvolvendo de forma insustentável. O documento começou a ser elaborado em 2006 e é o primeiro plano para a gestão de bacias aprovado pelo CNRH em seus dez anos de funcionamento. Prevê a alocação de R\$ 3,8 bilhões em investimentos, até 2025.

– O plano que estamos apresentando não é acabado, definitivo e inquestionável, mas seu conteúdo traz proposta de ordenamento jurídico e institucional

que dará à região uma perspectiva de desenvolvimento sustentável – disse José Machado.

O presidente da ANA destacou que a região tem potencial para exploração de minérios, energia elétrica, agricultura sustentável e turismo e que, nas últimas duas décadas, apresentou crescimento econômico acima da média nacional, apesar de a oferta de serviços de saneamento básico e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estarem abaixo da média nacional.

Participação

O especialista em recursos hídricos José Luiz Zobi destacou que o plano foi elaborado de forma participativa, com a contribuição dos conselhos estaduais de recursos hídricos e de outras 130 instituições. Ele salientou que o plano contempla de forma integrada as áreas de energia, navegação, agropecuária, entre outras, e as diferentes políticas a elas destinadas.

O presidente da CDR, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que requereu a audiência, ressaltou que a bacia abrange Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Distrito Federal, e influencia outros estados de forma indireta. O senador sugeriu a reprodução da audiência nesses estados para que a sociedade e o meio acadêmico tenham acesso ao debate. A síntese do plano está disponível para consulta na página www.ana.gov.br.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Augusto Botelho • Sérgio Zambiasi • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
 Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
 Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Suplicy lê explicações da Petrobras ao *Estadão*

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu parte das respostas da Petrobras a artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* dando conta de que auditorias do Tribunal de Contas da União detectaram estouro de orçamento e suspeitas de superfaturamento em obras e serviços contratados pela empresa. Entre as alegações da Petrobras, está a explicação para a assinatura de 24 termos aditivos ao contrato com a lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. em julho de 2004.



Para Suplicy, carta explica contratos e afasta suspeita de irregularidades

Suplicy destacou ainda a recuperação da economia brasileira, referindo-se ao depoimento do ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública esta semana no Senado. O ministro afirmou que já há recuperação do nível de emprego e significativo volume de reservas internacionais.

Virgílio questiona aditivos em contratos da empresa

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) leu em Plenário trechos de matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* que mostram como se tornaram rotineiros os aditivos de contratos que a Petrobras assina com empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de equipamentos. Citou a refinaria Duque de Caxias (RJ), que assinou 24 termos aditivos aos contratos de modernização em apenas dois anos.



Senador cita caso de refinaria que assinou 24 ajustes em dois anos

– Diante de tantas irregularidades, não é de estranhar o pavor de certos setores, inclusive do Parlamento, que se irritam só de ouvir falar em CPI – afirmou.

Mão Santa lembra que alertou Lula sobre o problema em 2005

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que em 2005, da tribuna, avisou o presidente Lula várias vezes sobre notícias de irregularidades na administração da Petrobras. Nos discursos a que se referiu, o senador criticou os gastos exagerados, em sua avaliação, da empresa com publicidade; o uso irregular de aditivos contratuais; além de repasses elevados a organizações não governamentais.



Segundo Mão Santa, aditamentos contratuais são indefensáveis

– Aditamentos em obras, isso se fazia quando fui prefeito e tinha inflação. Mas com a moeda fixa e sem inflação, é um roubo e um descaramento de quem quer defender – disse.

Alvaro Dias critica governistas que querem investigar era FHC

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a estratégia anunciada pela base do governo de ampliar as apurações da CPI da Petrobras até o período da presidência de Fernando Henrique Cardoso. O senador considerou absurda a pretensão de investigar a Petrobras no período anterior a Lula.



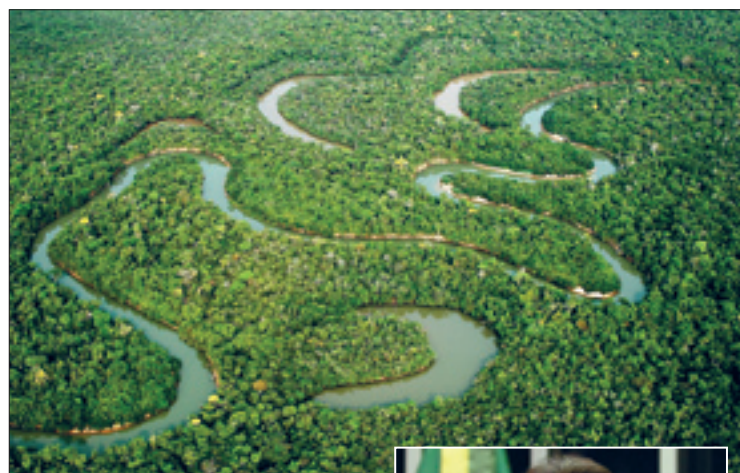
Alvaro Dias: se havia corrupção na empresa, por que não denunciaram?

– Se naquele tempo existissem irregularidades elas deveriam ter sido denunciadas e investigadas. Se existiam e não investigaram, não cumpriram o dever. E o presidente da República, se assumiu o governo diante de irregularidades e não tomou providências, cometeu crime de responsabilidade.

Sociedade e classe política normalmente se preocupam com a floresta, mas se esquecem das ameaças aos recursos hídricos amazônicos, aponta parlamentar

Jefferson Praia pede atenção para as águas da Amazônia

O SENADOR JEFFERSON Praia (PDT-AM) pediu atenção do Senado e, principalmente, dos parlamentares dos estados que compõem a Amazônia Legal para outro problema que atinge a região, além da derrubada ilegal da floresta: a poluição das águas.



Rio Tamirã/ALÉAC

De acordo com o senador, o próprio Congresso Nacional e o governo estão deixando a desejar ao não se preocuparem com “os rios e igarapés” amazônicos. Para ele, é inadmissível que uma cidade continue hoje a poluir fontes de água.

Jefferson também avalia como urgente a criação de uma política para tratamento do lixo produzido nas cidades da Amazônia – que se espalhou com as enchentes que atingiram a região nos últimos meses – e o investimento em saneamento básico.

O senador sugeriu inclusive que seja estudada uma maneira

para impor uma dotação orçamentária destinada à área, a exemplo do que ocorre com saúde e educação, ou criada uma lei de responsabilidade em relação ao investimento em saneamento. Jefferson manifestou intenção de apresentar projetos nesse sentido e pediu a mobilização da bancada da Amazônia.



Waldemir Borreto

Cristovam classifica Brasil como “nação em risco”

Um estudo do Ministério da Educação que aponta a existência de um contingente expressivo (20%) de professores que teriam formação abaixo do grau exigido para as classes em que lecionam foi destacado por Cristovam Buarque (PDT-DF).



Gerardo Magela

Cristovam destaca falta de formação adequada dos professores no país

Segundo o Censo Escolar de 2007, há professores que só cursaram até o ensino médio; os que têm curso superior, mas não o diploma de licenciatura; e outros que só têm o curso normal, insuficiente para ensinar a alunos de 5ª a 8ª série.

Para o senador, esses dados revelam o grau de insegurança do país, na mesma linha do que já

foi detectado há alguns anos em relação aos Estados Unidos por um estudo divulgado durante o governo Clinton.

Cristovam observou ainda que, de 1,8 milhão de professores da rede pública, 594 mil não têm curso superior. E 127 mil trabalham em áreas diferentes daquelas em que se formaram.

– Não adianta o MEC exigir o diploma, porque a maior parte dos professores não tem como custear seus estudos. Por outro lado, muitos professores com diploma fogem dos baixos salários do magistério – disse.

O parlamentar defende como ponto de partida para a solução “uma vontade séria”, que hoje está sendo, segundo ele, bloqueada pela falta de percepção de que o país está em risco.

Augusto Botelho protesta por repasse para Boa Vista

O senador Augusto Botelho (PT-RR) protestou contra a exclusão da capital de seu estado, Boa Vista, do último repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dos 15 municípios de Roraima, somente Boa Vista deixou de receber os recursos relativos à recomposição de perdas sofridas no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2008.

Esse repasse foi idealizado para suavizar as consequências da queda de arrecadação provocada pela crise econômica mundial.

– O que me preocupa é que 54% do orçamento de Boa Vista dependem dos repasses do FPM – advertiu Augusto.

Segundo ele, a lacuna corresponde a R\$ 112 milhões, o que está prejudicando serviços públicos, como a limpeza urbana e a reposição de material de iluminação pública.



Gerardo Magela

Serviços públicos básicos estão prejudicados pela falta do repasse, diz Augusto

Zambiasi: RBS começa campanha contra crack

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comunicou ao Plenário o início da campanha “Crack, nem pensar”, lançada pela Rede RBS de Comunicação. Ele afirmou que a droga está na raiz de muitas tragédias familiares e somente no Rio Grande do Sul há mais de 50 mil dependentes, sendo considerada um dos maiores problemas de saúde pública do estado.

O objetivo principal da campanha, enfatizou Zambiasi, é que não haja nenhum novo consumidor no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde atua a RBS. A campanha abordará a repressão aos traficantes e o tratamento para recuperação de viciados. Zambiasi lembrou que o crack tem viabilizado “episódios deploráveis”, como crianças e adolescentes acorrentados e filhos roubando, agredindo e até matando os pais, em busca de dinheiro para comprar a droga.



Gerardo Magela

Objetivo principal é impedir a disseminação do uso da droga no Rio Grande do Sul

César Borges alerta para explosão da dengue

O senador César Borges (PR-BA) cobrou uma atuação mais efetiva do governo da Bahia na contenção dos surtos de dengue e meningite que assolam o estado. A Bahia já teve, segundo ele, mais de 73 mil casos de dengue notificados, cerca de 40% das notificações do país, quando a população baiana corresponde a apenas 6,5% da população brasileira.

– Estamos passando por um momento muito grave. São mais de 50 mortes. A primeira vez que aqui alertei as autoridades de meu estado, já haviam



César Borges

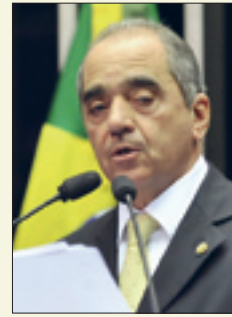
morrido 30 pessoas. A verdade é que os responsáveis pela saúde na Bahia não se prepararam para enfrentar essa situação – afirmou.

César Borges também defendeu a rápida aprovação da PEC Paralela dos Vereadores e fez um apelo ao suplente de vereador Aroldo Pinto de Azeredo, de Itiúba (BA), para que ele suspendesse a greve de fome iniciada na quarta-feira. De acordo com o senador, o suplente concordou em parar com a manifestação.

Cavalcanti quer mudar feriados para segunda-feira

A Confederação Nacional do Comércio estima que os feriados, em 2009, provocarão um prejuízo à atividade produtiva de R\$ 12,9 bilhões. No ano passado, deixou-se de faturar R\$ 11,6 bilhões. Ao informar esses números, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu apoio para o projeto que está apresentando com o objetivo de transferir todos os feriados nacionais para as segundas-feiras.

– A celebração de datas nacionais, sejam elas civis ou religiosas, reclama



Roberto Cavalcanti

um ordenamento legal que harmonize os valores da população brasileira e a racionalidade do sistema produtivo. Ao lado do respeito que se tem por tais tradições, não se pode comprometer o desempenho da economia – afirmou o senador.

Roberto Cavalcanti também citou cálculo feito pela Federação do Comércio do Rio de Janeiro segundo o qual o prejuízo do comércio, naquele estado, chega a R\$ 500 milhões por feriado.

Paim: serão votadas em junho propostas para aposentados

De acordo com senador, Sarney e Temer lhe garantiram que irão colocar em pauta, no próximo mês, os projetos sobre reajuste de benefício e fim do fator previdenciário

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) informou ao Plenário que obteve garantia dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, de que vão colocar em votação, no mês de junho, duas propostas que melhoram a vida dos aposentados. As matérias estão neste momento na Câmara e podem voltar ao Senado.

A primeira (PLC 42/07) concede aos inativos do INSS os mesmos reajustes do salário-mínimo, fruto de uma emenda de Paulo Paim. A segunda proposição (PLS 296/03), também do parlamentar gaúcho, acaba com o fator previdenciário.

Os projetos serão votados de forma independente de outra matéria de interesse



Paim (C) e outros parlamentares receberam aposentados, dia 25, na Câmara

dos aposentados: um veto do presidente Lula a emenda de Paim que concedia 16,67% de aumento para os aposenta-

dos. O exame desse veto em sessão do Congresso Nacional está marcado para o dia 8 de julho.

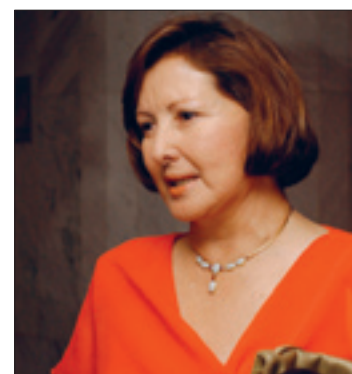
Maria do Carmo lamenta falta de inovação no setor industrial

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) chamou a atenção para a baixa competitividade da economia brasileira, em parte provocada pela falta de inovação tecnológica.

A senadora citou artigo do físico e diretor-geral da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, Roberto Nicolsky, no qual faz uma análise dos investimentos na área industrial. De acordo com ela, apesar de o Brasil ter

construído um “respeitável e diversificado” parque industrial e ampliado a “produção de ciência”, falta ainda uma cultura de inovação.

Maria do Carmo lembrou proposta de sua autoria que institui 12 de novembro como o Dia Nacional do Inventor (PLS 641/99). “Graças a esses abnegados profissionais, que muitas vezes dedicam toda a sua vida à busca de soluções e avanços



Falta competitividade à economia brasileira, afirma Maria do Carmo

científicos e tecnológicos, deve-se tamanho salto da história humana”, frisou.



Reunião com ministro do Planejamento pode ajudar, diz Tuma

Tuma pede solução para invasão do MST em Limeira

Romeu Tuma (PTB-SP) registrou em Plenário a invasão do Horto Florestal de Limeira (SP) por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele afirmou que foi agendada uma reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para a próxima terça-feira com o objetivo de tentar encontrar uma solução negociada que agrade a todos.

O senador já havia levado a questão à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que analisou documento assinado por entidades civis de Limeira pedindo a intercessão do Senado para impedir que qualquer área do Horto Florestal fosse destinada à reforma agrária.

Segundo relatório da CRA apresentado por Tuma, a área do horto foi invadida pela primeira vez em abril de 2007 e, no ano passado, o Ministério do Planejamento autorizou a cessão provisória de parte da área ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de reforma agrária e assentamento de 50 famílias.



Senador denuncia envolvimento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Mário Couto aponta fraudes na extração de madeira no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) repercutiu denúncia veiculada em teletjurnal da Rede Globo, e que já tinha sido motivo de reportagem da revista *Veja*, sobre fraudes na exploração madeireira no Pará cometidas, segundo ele, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

O senador citou um projeto aprovado para a exploração de 12 mil metros cúbicos de madeira, que resultou na retirada de 55 mil metros cúbicos. Em troca, afirmou, o fraudador dava dinheiro para a caixa dois destinado a campanhas políticas do PT. Ele também criticou o governo do estado por fechar serrarias sem distinguir quem era honesto de quem não era.

Mário Couto disse que não fala com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por este não saber “nem qual é o rumo da Floresta Amazônica” e por ter dito à juventude brasileira “que fumar maconha não tem problema nenhum”. O senador pediu a extinção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Lúcia Vânia condena redução da maioria penal

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou-se ontem contra a Proposta de Emenda à Constituição 20/99, que reduz a maioria penal para 16 anos. Ela defendeu a implantação integral e definitiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a adoção de políticas públicas para impedir que o jovem seja atraído para a marginalidade.

– A manutenção do limite não implica impunidade para os jovens, mas sim tratá-lo de forma diferenciada, evitando levá-los para os presídios



Lúcia Vânia

comuns – afirmou.

Em vez de manter os adolescentes em prisões de adultos, onde vão “intensificar” o contato com o mundo do crime, disse a senadora, é preciso dotar de infraestrutura os conselhos tutelares, preparar uma estrutura para receber esses jovens desassistidos e ressocializá-los.

– Para tratar dos jovens, é preciso ir um pouco além da escola, é preciso acompanhamento psicológico e multidisciplinar para que ele possa ser recuperado – avaliou.

Jayme Campos quer força especial para fronteiras

A criação de um grupamento especial da Força Nacional de Segurança, destinada especificamente ao monitoramento das fronteiras, foi proposta por Jayme Campos (DEM-MT).

O senador salientou que entre Mato Grosso e Bolívia há uma linha seca de 750 quilômetros. Nas estradas clandestinas, afirmou, bandidos cobram “pedágio” de outros bandidos pelo tráfego de drogas vindas daquele país e de carros roubados no Brasil. Ele ainda observou que um grupamento de



Jayme Campos

apenas 102 agentes de segurança tem o encargo de patrulhar toda essa extensão.

– Por isso, sugiro a criação de um destacamento que disponha de uma base avançada, com serviço de acompanhamento via satélite, helicópteros e até aviões-caça, para abater aeronaves clandestinas.

Jayme Campos informou que, em 2008, foram roubados 849 automóveis em Cuiabá e somente 54% deles foram recuperados.